

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

**AS DIRETRIZES CURRICULARES ESTADUAIS E O
PLANEJAMENTO COLETIVO NA ESCOLA**

PROPOSTA DE TEXTOS E ATIVIDADES PARA PROFESSORES

Proposta apresentada pela professora Nilce Duenhas Sanches como requisito do Programa de Desenvolvimento Educacional (Pedagogia) elaborado pela Secretaria de Estado da Educação sob a orientação do Professor Dr. Raymundo de Lima, da Universidade Estadual de Maringá.

**MARINGÁ
2007/2008**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
DESCRIÇÃO DA PROPOSTA DE ORIENTAÇÃO DE TRABALHO.....	4
DIRETRIZES CURRICULARES E PLANEJAMENTO.....	5
.QUESTÕES PARA DISCUSSÃO.....	10
PLANEJAMENTO ESCOLAR.....	11
.QUESTÕES PARA DISCUSSÃO.....	14
O PLANO DE TRABALHO DOCENTE.....	16
.QUESTÕES PARA DISCUSSÃO.....	20

Introdução

A escola pública paranaense tem vivido mudanças nos últimos anos e a maior delas se refere a implementação das Diretrizes Curriculares Estaduais (DCEs) que começaram a vigorar no ano de 2007.

Esse é um momento significativo para a educação no Paraná, pois o currículo é um elemento nuclear no Projeto Político Pedagógico da escola definindo as ações que serão desenvolvidas.

Frente a isso cabe ao coletivo dos professores aprofundar seus estudos sobre as DCEs e as orientações que nelas contém, bem como analisar a aplicabilidade das mesmas na organização do ensino e na elaboração do planejamento.

O trabalho docente não se constitui de ações impensadas e improvisadas, mas implica em planejá-lo e sabemos que essa não é tarefa fácil no momento da articulação entre a elaboração documental e teórica de um plano e sua efetivação prática.

Os planos de aula ou plano de trabalho docente são elementos que podem ser tomados como roteiros organizadores do trabalho na sala permitindo possibilidades de flexibilidade e criatividade do professor durante seu desenvolvimento, contudo, sem ocorrer o esvaziamento ou a superficialidade dos conteúdos.

Descrição da Proposta e Orientação de Trabalho

A presente proposta tem por objetivo auxiliar na fundamentação das discussões dos professores sobre as Diretrizes Curriculares Estaduais e o planejamento coletivo da prática pedagógica das escolas públicas do ensino básico do estado do Paraná.

Esta proposta tem um texto dividido em três itens nos quais se apresentam definições de currículo, planejamento, projeto político-pedagógico, proposta pedagógica e plano de ação docente, refletindo sobre a importância de que nas escolas esses momentos sejam realizados por meio de discussões coletivas, pois desse modo torna-se possível que as ações pensadas sejam colocadas em prática.

O primeiro texto tem como título “Diretrizes Curriculares e Planejamento”, o segundo texto aborda as questões do planejamento e os documentos escolares oriundos desse, com o título “O Planejamento Escolar”, e o terceiro texto tem como título “O Plano de Trabalho Docente”. Em cada texto há questões para reflexão, para aprofundamento e proposta de discussão para relacioná-los à realidade da escola.

Orientamos para que os textos sejam trabalhados na seqüência, que se discuta sobre cada um deles para posteriormente passar à leitura do texto seguinte. Orientamos ainda, que ao final do trabalho com este material seja feita uma síntese das discussões realizadas, bem como das conclusões do grupo.

Ressaltamos que não temos a pretensão de esgotar o assunto abordado neste material, ao contrário, nossa intenção é a de suscitar novas idéias e encaminhamentos para uma questão crucial da prática pedagógica.

Bom trabalho a todos!

Diretrizes Curriculares e Planejamento

A escola que faz a opção pela educação democrática deve pautar sua filosofia para a aprendizagem real dos estudantes e para que isso ocorra é preciso que o trabalho se direcione pelo desenvolvimento do currículo e pelas práticas cotidianas.

Para compreender essa questão devemos esclarecer a concepção de currículo aqui adotada e a que práticas cotidianas estamos nos referindo.

O conceito de currículo a que recorremos não é apenas ao que diz respeito a fins e conteúdos escolares, mas também às melhores formas de organizá-los, visto como projeto educativo realizado nas aulas, ou seja, no ensino, e este “é o conjunto de atividades que transformam o currículo na prática para produzir a aprendizagem”. (EISNER 1979 apud SACRISTÁN, 1998, p.123).

Consideramos que o currículo da escola se baseia nas Diretrizes Curriculares que se configuram no documento oficial que norteia o trabalho do professor, mas que estas são influenciadas e complementadas pelo cotidiano escolar, pelo “fazer pedagógico” de uma determinada escola e pelas opções que o coletivo dos professores define no processo de ensino.

Ao analisarmos diferentes escolas percebemos como essas opções refletem no desempenho das mesmas e se a escola direciona ou não todo seu trabalho para a aprendizagem, para o conhecimento sistematizado ou se distancia dessa meta se perdendo em atividades que em geral consomem muita energia, mas que muitas vezes não levam à aprendizagem. É uma opção visível em atividades rotineiras simples de cada instituição, a começar pelo comportamento dos professores e alunos, no relacionamento entre as pessoas que participam da comunidade escolar, na forma como é organizado o horário e os intervalos de aulas, no cumprimento do horário diário de trabalho, no envolvimento dos alunos no estudo e dos professores no planejamento e principalmente se essas opções levam em conta a questão nevrálgica da escola que é o trabalho com o saber, com o conteúdo sistematizado.

É relevante distinguirmos, na nossa prática escolar, quais são as atividades essenciais e quais são as acessórias. Para isso, recorreremos a Saviani (1985), que reforça a idéia do que é fundamental na escola:

... velar no interior das escolas para que elas não se percam num sem-número de atividades acessórias, desviando-se de seu papel fundamental que é a difusão do saber sistematizado, isto é, aquele de caráter científico. Na verdade, tal desvio é hoje regra em nossas escolas: da exaltação ao movimento de 64, à curiosidade pelo índio, da veneração às mães, às festas juninas... Encontra-se tempo para tudo na escola, mais muito pouco tempo é destinado ao processo de transmissão-assimilação de conhecimentos elaborados cientificamente. (SAVIANI, 1985.p. 28).

Em relação ao trabalho pedagógico, é necessário observar de forma mais atenta, qual a periodicidade das reuniões pedagógicas, como são organizadas as horas-atividades dos professores, se uma parte das mesmas é destinada às reuniões entre os professores de uma mesma disciplina e qual o papel do professor pedagogo da escola como orientador do trabalho pedagógico. Se nos momentos do planejamento o professor pedagogo preocupa-se em direcionar as discussões, deixando espaços para que todos participem expondo suas angústias em relação às aulas e os avanços alcançados, e ainda se há o incentivo aos professores para a autonomia, isto é, na proposição de adequações durante o desenvolvimento do seu plano de trabalho.

Todas as ações acima citadas devem ser pautadas pela preocupação com a apropriação dos conteúdos pelos alunos e principalmente com a função da escola como espaço de acesso ao saber.

Acreditamos que a opção da escola pela democracia, no sentido de acesso ao conhecimento, explicitada no planejamento coletivo do trabalho é que definirão o seu perfil em busca de melhor qualidade. Porém, o que se observa em relação ao planejamento da escola é que esse processo precisa ser repensado.

O contato direto com os professores da educação básica das diferentes disciplinas, que ocorreram por meio de conversas informais e entrevistas, nos mostra alguns avanços e também algumas dificuldades em relação ao planejamento individual e coletivo.

Entrevistamos 12 professores do segmento de 5^a a 8^a série de uma escola pública do município de Maringá, no estado do Paraná, sendo que havia pelo menos um representante de cada uma das disciplinas da base nacional comum e da parte diversificada (Inglês). Os professores entrevistados atuam no magistério na mesma disciplina que ministram aulas atualmente há mais de dez anos e no mesmo colégio há mais de quatro anos.

As perguntas que fizemos foram as seguintes:

- Você considera que teve participação efetiva na elaboração das Diretrizes Curriculares nos últimos três anos? Como isso ocorreu?
- Como você avalia as Diretrizes Curriculares atuais?
- A Proposta Pedagógica de sua área e seu Plano de Trabalho Docente foram norteados pelas atuais diretrizes ou tiveram outras influências mais significativas (planejamentos anteriores, livro didático ou outros)?
 - Quais as dificuldades encontradas até o presente momento para colocar em prática o que foi planejado?
 - Que contribuições as pedagogas do colégio podem fazer para a efetivação prática do seu planejamento?
 - Que condições são necessárias para desenvolvermos o planejamento coletivo no colégio?

Os professores participaram das discussões sobre as DCEs de cada disciplina que ocorreram nas capacitações no início de cada ano (semana pedagógica) e antes de iniciar o segundo semestre nos anos de 2005 a 2007, foram realizados encontros com a equipe pedagógica do Núcleo Regional de Educação (NRE) e algumas áreas (como ensino religioso e educação artística) tiveram um encontro em Faxinal do Céu. Nesses encontros sempre havia um texto base vindo da Secretaria de Educação (SEED) e os professores os analisavam e faziam sugestões.

Avaliam que sua participação não foi muito efetiva, pois em todos os encontros havia pouco tempo para o estudo, professores que trabalham 20 horas na rede estadual, às vezes não podem estar presentes na totalidade das reuniões e as pessoas que orientam os grupos (na escola as pedagogas e em outras reuniões os representantes do núcleo) ainda não tinham clareza das diretrizes.

Quanto à avaliação que os professores fazem das diretrizes é que elas são bem organizadas e lembram bastante o currículo básico da década de 1990. Muitos não as conhecem profundamente e por isso não podem fazer considerações detalhadas das mesmas. As avaliam como positivas como instrumento referencial e norteador do trabalho para desenvolver as ações pedagógicas na escola, e ainda, para que as propostas entre as escolas do estado do Paraná sejam menos diferenciadas.

Percebem que nas atuais diretrizes o conhecimento cotidiano é valorizado, principalmente como ponto de partida para desenvolver o trabalho, mas que a ênfase está nos conteúdos científicos que precisam ser apropriados pelos alunos.

Sobre as propostas pedagógicas de cada disciplina e o plano de trabalho docente terem tido influências mais significativas de planejamentos anteriores e livros didáticos adotados na escola do que das atuais diretrizes, salientam que esses documentos foram baseados nas atuais diretrizes, mas de forma secundária, pois os planejamentos dos anos anteriores e os livros didáticos figuraram como principais agentes na organização do trabalho e principalmente na seleção dos conteúdos.

Os professores são unânimes ao apontar como a maior dificuldade encontrada para colocar em práticas seu planejamento a falta de tempo. Atribuem essa questão ao conteúdo paralelo que a escola precisa desenvolver durante o ano por meio de campanhas, ou mesmo projetos que são orientados pela SEED e incentivados pelo NRE como, por exemplo, meio ambiente, educação fiscal, dia da atividade física, jogos, concursos e outros que acabam por tirar tempo de trabalho com o conteúdo específico de cada disciplina. Mesmo se reconhecendo os assuntos abordados nesses projetos como conhecimento importante, avalia-se que atividades anexas acabam por prejudicar o desenvolvimento do currículo oficial definido no planejamento da escola.

Concordamos com os professores que os vários projetos que são desenvolvidos pela escola contribuem para o esvaziamento do trabalho com os conteúdos.

A movimentação dos alunos em torno dos projetos permite supor que, nessa nova organização do trabalho escolar, eles precisam estar, sobretudo, ocupados ou distraídos, para sua proteção ou para o controle de sua atuação desordeira, própria de seu novo papel, que se distancia daquele que identificava aluno como estudante. (SAMPAIO e MARIN, 2004, p.1218).

Apontam, ainda, como dificuldade a realização de encontros por área e turma, e que a falta dessas reuniões implica num trabalho individualizado não sendo possível a troca de experiências e proposição de mudanças que possam vir a ocorrer durante o desenvolvimento do plano de trabalho docente.

Outra dificuldade apontada refere-se à falta de material didático na escola ou mesmo de recursos físicos para o desenvolvimento das aulas em todas as disciplinas, principalmente Língua Inglesa que não recebe livros didáticos do governo federal.

Ao serem questionados sobre de que forma as pedagogas poderiam auxiliar na superação das dificuldades e na efetivação prática do planejamento, alguns responderam que o planejamento muitas vezes é um momento burocrático e que as pedagogas precisariam acompanhar o momento de “elaboração do planejamento, sanando dúvidas e sugerindo encaminhamentos. Infelizmente isso não ocorre, pois as

pedagogas geralmente estão sobrecarregadas com outras atividades escolares” (fala de uma professora de Português). Acreditam que o plano de trabalho docente não deveria ser um documento entregue no início de cada bimestre, mas ser objeto de planejamento sistemático, e as pedagogas deveriam acompanhar e auxiliar os professores durante a execução do mesmo fazendo sugestões de alteração e encaminhamentos rotineiramente.

Deveríamos “zelar para que o planejamento em todas as áreas valorizasse o saber sistematizado e para que a escola não se perdesse em atividades acessórias se desviando do seu papel essencial” (fala de uma professora de História).

Colocam como importante que todas as pedagogas da escola tenham uma mesma postura, quanto ao trabalho de elaboração e execução do planejamento, mas que a autonomia e a criatividade dos professores não sejam tolhidas.

Os professores entrevistados elencam como condições necessárias para desenvolvermos um planejamento coletivo no colégio.

-“O professor ser lotado na escola, ter maior tempo para hora-atividade, pois assim será possível fazer mais reuniões e evitar atividades que trabalhem com temas transversais” (fala de uma professora de Ciências).

-Que nas semanas pedagógicas os textos venham com antecedência e que as discussões sobre os mesmos sejam mais aprofundadas.

-“Que se faz necessário que o coletivo dos professores conheça as Diretrizes Curriculares Estaduais e o Projeto Político Pedagógico da escola, pois infelizmente na escola há rotatividade de muitos profissionais, o que prejudica o trabalho coletivo” (fala de uma professora de Geografia).

-Aconteçam reuniões bimestrais por área para rediscutir o planejamento.

-Que sejam organizadas reuniões coletivas para discutir e estudar sobre planejamento, assumir compromissos e traçar metas em conjunto em relação à aprendizagem dos alunos do conhecimento científico independente das precárias condições de vida deles e da escassez de recursos da escola.

Ainda sobre planejamento pudemos perceber, pela fala dos professores, que nem todos eles têm clareza sobre os termos “planejamento e plano de trabalho docente” ou sobre a importância que os mesmos exercem na prática pedagógica. Aprofundaremos um pouco mais esses conceitos a seguir.

Questões para discussão

As diretrizes atuais para as escolas públicas do Paraná estão organizadas no seguinte formato:

- Histórico
 - Fundamentos teórico-metodológicos
 - Conteúdos estruturantes
 - Encaminhamentos metodológicos
 - Avaliação
- 1) A partir da análise de sua realidade responda as questões que foram respondidas pelos professores da escola onde aconteceu a pesquisa.
 - 2) Se houver problemas semelhantes, que sugestões você tem para minimizá-los ou resolvê-los? Aponte-as.

Para saber mais

ALVES, N; GARCIA, R. L. (orgs). **O fazer e o pensar dos supervisores e orientadores educacionais**. 6.ed. São Paulo: Loyola, 1994

SEED/PARANÁ. **Diretrizes para o ensino fundamental da rede pública estadual**. (Versão preliminar). Curitiba: SEED, 2006.

DIRETRIZES CURRICULARES ESTADUAIS – Departamento de Educação Básica. Apostila fornecida pelo NRE de Maringá-Paraná, 2007.

REFERÊNCIAS

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3.ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SAMPAIO, M. M. F. e MARIN, A. J. **Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares**. Educação e sociedade. Campinas, v. 25, n. 89, p.1203-1225, 2004.

SAVIANI, D. **Sentido da pedagogia e papel do pedagogo**. Revista ANDE. São Paulo, n. 9, p. 27-28, 1985.

Planejamento Escolar

O planejamento tem como características básicas evitar a improvisação, prever o futuro, estabelecer caminhos que possam nortear apropriadamente a execução da ação educativa, prever o acompanhamento e a avaliação da mesma. Tem estreita relação com prevenir e por isso é anterior ao enfrentamento de dificuldades na ação pedagógica. É uma forma de antecipar as dificuldades e imaginar maneiras possíveis de superá-las.

Referimos-nos ao Planejamento de Ensino que “é o processo de decisão sobre a atuação concreta dos professores, no cotidiano de seu trabalho pedagógico, envolvendo as ações e situações, em constante interações entre professores e alunos e entre os próprios alunos” (PADILHA, 2001, p 33).

Definiremos, a seguir, *planejamento*, *projeto político pedagógico*, *proposta pedagógica* e *plano de trabalho docente* analisando a importância dos mesmos para o trabalho que se desenvolve nas escolas.

Planejamento, na dimensão aqui adotada, refere-se a todo trabalho de refletir sobre a prática e definir as ações que serão desenvolvidas numa instituição a partir da realidade que se conhece e das metas que se pretende alcançar desde que as mesmas representem os anseios da comunidade (professores, alunos, funcionários e pais). Esse planejamento se configura na escola no Projeto Político, Pedagógico (PPP) que segundo Gandim (2001), deve ser organizado em três dimensões denominadas: marco situacional, marco doutrinal ou conceitual e marco operativo, construindo assim o planejamento participativo.

No marco *situacional* os sujeitos envolvidos no planejamento farão o diagnóstico da realidade da instituição e de quais suas necessidades; no marco *conceitual* é feita a opção pela teoria que se pretende utilizar como fundamento para direcionar as ações; o marco *operatório* constitui-se do momento de escolher que práticas pedagógicas ou estratégias serão realizadas no desenvolvimento do plano.

No planejamento participativo traduzido no PPP é que ficará explicitada a opção política do planejamento e se o mesmo a faz em favor da classe trabalhadora que integra a escola pública propondo para a mesma a aprendizagem efetiva de todos os alunos e conseqüentemente à democracia, já que possibilita que todos tenham acesso ao saber, e por essa razão, tenham maiores condições de atuar no mundo.

A *Proposta Pedagógica* de uma escola é feita de forma integrada ao PPP e entre as arestas do conhecimento, pois os professores de cada disciplina é que irão refletir sobre a forma de encaminhar o trabalho naquela área e quais estratégias serão escolhidas para realizá-lo. Para realizar essa parte do planejamento os professores terão como norte orientador as Diretrizes Curriculares Estaduais e direcionarão seu trabalho abordando os seguintes itens: histórico da disciplina; fundamentos teórico-metodológicos; conteúdos estruturantes; encaminhamentos metodológicos e avaliação.

É importante destacar que o currículo para a escola do Paraná tem base disciplinar, com ênfase nos conteúdos científicos, nos saberes escolares das disciplinas que compõem a matriz curricular, porém, é preciso ressaltar que é dever da escola e, portanto deve ser o objetivo coletivo que as disciplinas tenham conceitos relacionados dentro da própria disciplina bem como com as demais “a favor da apreensão dos conhecimentos científico-tecnológicos, históricos, filosóficos e sociais pelos alunos, sempre pensada na dimensão da formação humana”. (ARCO-VERDE, 2006, p. 21).

O *plano de trabalho docente*, ou *plano de ensino* organiza a prática pedagógica das escolas e está articulado à proposta pedagógica. É o plano de aulas do professor. O “plano de ensino é, pois um documento elaborado pelo(s) docente(s), contendo a(s) sua(s) proposta(s) de trabalho numa área e /ou disciplina específica” (FUSARI, 1990 p.46).

Ressaltamos a idéia já mencionada nesse texto que o planejamento é global e que na prática das escolas ele é especificado nos documentos mencionados aqui, porém todos são articulados e se complementam.

Em relação ao *plano de trabalho* se percebe no professorado certa resistência em realizá-lo e muitas vezes também na incompreensão de vê-lo como norteador e organizador do trabalho diário e não apenas como documento burocrático para entregar à equipe pedagógica da escola.

A sistemática do planejamento e da elaboração do *plano de trabalho docente* é vista pelos professores, em muitos casos, de forma negativa e pelos pedagogos de forma positiva.

Por que isso acontece? Por que os professores resistem a fazer o plano de trabalho?

Na tentativa de respondermos a essa questão recorreremos a Fusari (op.cit.) quando considera que o plano de aula auxilia no processo ensino-aprendizagem, mas não o

garante, pois no trabalho na sala de aula há um conjunto de componentes que se referem:

Ao preparo do professor, do plano do programa, do comportamento do professor, à sua postura enquanto pessoa, ao seu compromisso com a sociedade, ao material didático, às relações que ocorrem em sala de aula, ao número e aos diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos, etc. É nesse cenário que o professor começa a dizer que o plano é teórico, que na prática o plano é muito diferente. (FUSARI, 1990,p.46)

Torna-se importante citar o planejamento na história da educação nacional e o porquê de sua visão negativa por parte de muitos professores.

Na escola tradicional o professor desenvolvia suas aulas a partir dos planos que elaborava os quais eram detalhados, continham anotações de caráter pessoal ou de estilo didático. Para elaborá-los era preciso que o professor estudasse e consultasse livros. Descreviam o início, o desenvolvimento e finalização de cada aula. Eram reconhecidos pelo professor como importante à sua prática.

Os professores das séries iniciais organizavam diários e os professores de 5^a a 8^a série utilizavam-se de fichas. O que se planejava era desenvolvido em sala.

Na década de 70 surge no Brasil a educação influenciada pelo tecnicismo, que pretende reduzir o fracasso da escola, e sem uma maior análise implanta-se os planos de trabalho docente com fichas e modelos fixos pré-determinados imaginando-se que desse forma se resolveria os problemas da escola. Os planos tornaram-se extremamente técnicos, sendo necessário elaborá-los com rigor e aplicá-los na sala de aula sem nenhuma flexibilidade, porém o que era planejado nem sempre vinha ao encontro da realidade da sala e o aluno não aprendia o que estava registrado nos planos. Tal situação levou a descrença dos professores sobre a necessidade de elaborarem planos e essa situação tem reflexo até os dias atuais.

Então, como revalorizar o plano de trabalho docente na prática pedagógica?

É preciso ressaltar que o planejamento escolar não é neutro e que o “bom plano” é aquele que faz a opção política pela aprendizagem de todos os alunos, deve ser bem elaborado e contar com a competência profissional daquele que o desenvolve. De nada adianta um ótimo plano se o professor não consegue desenvolvê-lo e adequá-lo na prática.

O preparo de aulas comprometido com a aprendizagem dos alunos é que se traduzirá num bom plano e para isso, segundo Fusari (1990), é preciso considerar alguns pontos básicos em relação ao professor, que são:

- a) conhecimento do aluno real;
- b) conhecimento profundo do conteúdo que ensina;
- c) conhecimento de procedimentos básicos e coerentes com a natureza dos conteúdos;
- d) conhecimento de procedimentos de avaliação que avaliem se os objetivos foram atingidos;
- e) conhecimento do valor da interação professor-aluno como elemento facilitador da aprendizagem;
- f) conhecimento da dimensão social do trabalho do processo na sala de aula.

Os conteúdos a serem assimilados pelos alunos centralizam o trabalho docente e a forma de organizá-los em planos adequados é função dos professores e pedagogos.

A aprendizagem acontece nas aulas, e essas têm que ser percebidas como unidade dinâmica entre o plano de trabalho docente, a proposta pedagógica, o projeto político-pedagógico e o estilo de ser de cada professor.

Questões para discussão

1) A partir do texto lido defina planejamento e como e em quais documentos ele se traduz nas escolas.

2) Porque é importante que a prática do planejamento seja coletiva? Justifique.

3) Questões para iniciar as reflexões sobre o planejamento de cada disciplina:

- a) Os conhecimentos trabalhados nessa disciplina e nessa série são relevantes para a formação cultural dos alunos? Explique.
- b) Quais os principais objetivos da disciplina que você ministra?
- c) Quais devem ser as características dessa disciplina para que possa contribuir para a realização dos valores delimitados no “marco conceitual” do PPP de sua escola?

- d) Que direcionamento metodológico, a partir da concepção teórica dessa disciplina, é adequado aos objetivos propostos?
- e) De que maneira serão realizadas as avaliações tendo como compromisso a aprendizagem efetiva dos alunos?

Para saber mais

FUSARI, J.C. **O planejamento do trabalho pedagógico**: Algumas indagações e tentativas de respostas. Revista Idéias, n. 08. F.D.E., p.44-53, 1990.

VEIGA, I. P.A. (org.) **Repensando a didática**. 7.ed. Campinas: Papirus, 1992.

REFERÊNCIAS

ARCO-VERDE, Y. F. S. **Introdução às diretrizes curriculares**. SEED. Curitiba, 2006.

FUSARI, J. C. **O planejamento educacional e a prática dos educadores**. Revista da ANDE, São Paulo, n. 8, p.32-35, 1984.

GANDIN, D. **A prática do planejamento participativo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

PADILHA, R. P. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto-político-pedagógico da escola. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2001.

O Plano de Trabalho Docente

No interior das escolas, na tentativa de explicar o baixo nível do conhecimento dos alunos, é comum ouvir de professores queixas como: “os alunos são desatentos e desorganizados; não têm respeito e limites e não têm apoio das famílias; as aulas são bem planejadas e boas, mas eles não aprendem”. No espaço escolar muito se discute sobre o processo ensino e aprendizagem, porém a ênfase pedagógica está no ensino e não nos processos de aprendizagem utilizados pelos alunos. Tais processos precisam ser estudados pelo corpo docente para possibilitar opções sobre como propor o desenvolvimento das aulas e as atividades que serão realizadas pelos discentes.

Perguntamos-nos por que isso ocorre e a quais alternativas poderíamos recorrer para superar as dificuldades apontadas pelos professores. Entendemos que muitas investigações são necessárias, mas acreditamos que é possível desenvolver uma prática docente voltada para o processo de ensino-aprendizagem levando à educação de qualidade.

Essa prática é traduzida em ações que são decididas no momento do planejamento que se constitui em todo o trabalho de pensar a respeito do que será proposto aos alunos, que conteúdo será contemplado, em que período, utilizando-se de quais estratégias, com quais recursos e ainda de que maneira será feita a avaliação. Esse planejamento será registrado no plano de ação docente que deverá ser elaborado, desenvolvido, avaliado e reelaborado no decorrer de cada período planejado, ou seja, sofrer adequações durante seu desenvolvimento e não apenas ao final deste.

Externamente à escola avalia-se que o ensino brasileiro continua com baixa qualidade. Se observarmos os dados do SAEB e do ENEM perceberemos que os resultados mostram que as notas dos alunos ao invés de melhorar, têm decaído nos últimos anos. Também analisando o desempenho de alunos da 4ª ou 5ª série em nossas escolas, constatamos que o conhecimento dos mesmos é baixo e não é raro encontrarmos alunos entre 11 e 14 anos que não sabem ler, escrever ou fazer contas.

Como justificar essa situação? Para além das críticas às escolas e principalmente aos professores, compreendemos que há um conjunto de fatores que precisam ser considerados nessa avaliação.

Segundo Libâneo (2001) alguns desses fatores seriam:

... os reordenamentos de estruturas de gestão, a substituição da seriação por ciclos de escolarização, a flexibilização das práticas de avaliação da aprendizagem, a difusão de teorias e práticas pedagógicas com precário vínculo com as necessidades e demandas da realidade escolar. (LIBÂNEO, 2001, p.13).

Ainda esse autor levanta algumas suspeitas para justificar a ineficiência da escola na atualidade e destaca a difícil condição de trabalho docente constatada nos baixos salários, na falta de plano de carreira consistente e atraente e na escassez dos recursos físicos e materiais. Outras dificuldades que observamos são classes lotadas, jornada de trabalho extensa, muitas faltas de docentes na escola, excesso de atribuições, burocracia, excesso de barulho e solidão em sala de aula, entre outros, esses são fatores que constituem um conjunto que leva os professores a ensinar mal e até desistirem da profissão.

Uma outra questão é o distanciamento entre a pesquisa universitária e a realidade do cotidiano da escola, ou seja, “persiste o já conhecido fosso entre teoria e prática, em que os pesquisadores não conseguem operar a transposição didática de sua elaboração teórica para os professores da educação básica envolvidos na trama diária do trabalho docente” (LIBÂNEO, 2005, p.15).

Ainda, há que ser considerado a formação inicial dos professores em instituições de pouca credibilidade e a superficialidade e insuficiência na formação continuada no decorrer da carreira profissional.

Um outro fator relevante diz respeito à desconsideração ou secundarização dos conteúdos nas escolas, expressas em teorias como o construtivismo, o multiculturalismo, a teoria do professor reflexivo e tantas outras em “moda” em que se percebe uma recusa em desenvolver o trabalho com os conteúdos sistematizados.

Nessa situação existe um paradoxo, pois quanto mais se adotam teorias e novidades no setor educacional, mais se perde a função precípua da escola, que é o ensino.

Além de cumprir com sua função ensinante, Saviani (2005) entende que a escola existe para *socializar o conhecimento sistematizado*. Tanto os professores como a instituição escolar devem ter o compromisso de superarem os equívocos próprios do

senso comum e do individualismo, propiciando para que todos se apropriem do saber sistematizado ou científico no sentido de sua socialização.

Também o currículo da escola básica deve se *organizar* a partir das proposições da ciência. Para Saviani (op.cit.).

... o saber sistematizado, a cultura erudita, é uma cultura letrada. Daí que a primeira exigência para o acesso a esse tipo de saber seja aprender a ler e escrever. Além disso, é preciso conhecer também a linguagem dos números, a linguagem da natureza e a linguagem da sociedade. Está aí o conteúdo fundamental da escola elementar: ler, escrever, contar, os rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais (história e geografia humanas). (SAVIANI, 2005, p.15).

Para se desenvolver os conteúdos do currículo, com vistas de melhores resultados, entendemos que a sistemática do planejamento coletivo é fundamental.

É possível desenvolver ações almejando uma escola pública de qualidade e um trabalho menos alienado reconhecendo possibilidades de superação dessas dificuldades. É preciso que os professores possam transformar dúvidas, certezas e motivos individuais em motivos coletivos “e dessa forma possam engajar-se na construção de planos de ações destinados a garantir que os alunos apropriem-se do conhecimento universal” (ASBAHR, 2007).

Sacristán (1998) afirma que a elaboração de planos de aulas ou o plano de trabalho docente faça parte da prática pedagógica do professor comprometido com a aprendizagem dos alunos e que os mesmos têm as seguintes dimensões:

... reflexão sobre as finalidades, decisão de conteúdos, determinação de atividades às quais se pressupõe o poder de desencadear uma série de processos de aprendizagem, organização dos conteúdos, decidir de que forma estes serão apresentados, como se recolherá a resposta ou o trabalho dos alunos e de que forma e quando se avaliará. (SACRISTÁN, 1998, p 292)

Quanto à utilidade da elaboração do plano para os professores esse autor pontua os seguintes itens:

- a) Facilita o enriquecimento profissional, pois ao elaborá-los o professor faz uma reflexão consciente sobre sua prática e procura meios para melhorá-la.
- b) No plano se determina o cenário geral das atividades e estas podem ser alteradas ou enriquecidas durante o desenvolvimento. Decidem-se as atividades, o tempo destinado a cada assunto e quais recursos utilizar evitando grandes improvisos.

c) Os planos são recursos para se aproximar da prática concreta, os professores devem por idéias teóricas, finalidades e experiência prática. É o momento privilegiado de pôr em prática o que se pensa.

d) Os planos devem ser flexíveis, mas justamente por serem elaborados anteriormente à prática permitem que haja a improvisação e criatividade do professor no momento de desenvolvê-los tornando-os mais adequados.

e) Elaborando planos os professores fazem a busca prévia por materiais para si e para os alunos tornando as aulas mais atraentes e ricas.

f) Os planos bem organizados podem ser conhecidos e discutidos pelos alunos e levam a um maior comprometimento e envolvimento dos mesmos com o trabalho a ser desenvolvido, pois compreendem o sentido deste.

g) Os planos que os professores escrevem, se puderem ser acrescidos de outros apontamentos no momento de seu desenvolvimento prático e serem observados por outros (professores e pedagogos), poderiam se constituir num bom recurso de comunicação e compartilhamento da experiência profissional no interior das escolas proporcionando o trabalho coletivo.

Ao defender a necessidade de elaboração de planos de trabalho docente como uma maneira de melhorar a qualidade do ensino Sacristán explicita:

Quando o professor/a não necessita planejar é porque depende da experiência rotinizada ou de um material tão excludente de outros, como, por exemplo, o livro texto, que lhe evita ter de pensar o que fará que conteúdo dará, em que ordem, etc. Se planeja à margem deste, pode aproveitá-lo como mais um recurso . (SACRISTÁN, 1998, p. 279)

É fundamental que numa instituição escolar a busca por maior qualidade do trabalho de ensino seja o desejo de todos e que o planejamento, bem como a compreensão de sua utilidade, seja uma idéia praticada como um trabalho coletivo.

Reafirmamos que, a aprendizagem só ocorrerá quando o processo de ensino for eficiente e realmente “atingir” o aluno; portanto, torna-se necessário ao docente conhecer muito sobre sua disciplina, observar atentamente seus alunos e utilizar-se de metodologia adequada a cada momento e em cada grupo. A partir dessa análise é que serão registradas as ações no plano de ação docente.

O plano de trabalho docente elaborado com esses cuidados certamente será melhor contextualizado e poderá contribuir para a redução de dois tipos de comportamentos negativos para a aprendizagem que foram citados pelos professores: o desinteresse e a indisciplina dos alunos.

Questões para discussão

1) Segundo Sacristán, qual a utilidade da elaboração do plano de trabalho docente para o desenvolvimento da prática pedagógica?

2) Para elaborar um plano de trabalho para o início do ano letivo (1º bimestre) é imprescindível que o professor realize uma avaliação diagnóstica das suas turmas. Que atividades serão propostas para essa avaliação inicial?

3) Organizem, em grupo, os itens que vocês consideram importante que sejam contemplados no plano de ação docente.

Para saber mais

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar: teoria e prática**. 4.ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

SAVIANI, D. **Sobre a natureza e especificidade da educação. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 3.ed. São Paulo: Cortez - Autores Associados, 1992.

REFERÊNCIAS

ASBAHR, F.S.F. **Projeto político-pedagógico: possibilidade de resistência à alienação docente?** Abrapee, Campinas, 2007. Disponível em: <<http://www.abrapee.psc.br/artigo21.htm>> Acesso em: 20 nov. 2007.

LIBÂNEO, J. C. **produção de saberes na escola: suspeitas e apostas**. In: CANDAU, V. (org). Didática, currículo e saberes escolares. 2. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

SACRISTÁN, J. G. e GÓMEZ, A. I. P. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica – primeiras aproximações**. 9 ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

